



Carta da Europa

Director: Carlos Miguel Coelho - Rue Wiertz-ASP8E150 Bruxelles - Maio/Abril 2004

Este é um ano crucial para a Europa

Durão Barroso, no Congresso do PPE afirmou que este é um ano crucial.

Temos **grandes desafios**: O **alargamento** da UE; concluir o primeiro Tratado Constitucional — a **Constituição Europeia**; renovar o **Parlamento Europeu** e a **Comissão** e definir as próximas **perspectivas financeiras**.



desenvolvimento na pág. 6

Decidir bem !

O Primeiro Ministro disse-o, sem papas na língua: **2004 é um ano crucial**.

É o ano do maior alargamento da História da UE, da Conferência Intergovernamental que vai aprovar a Constituição europeia, da constituição da nova Comissão Europeia e da eleição do Parlamento Europeu. **Um ano crucial onde importa decidir bem**.

Decidir bem sobre o **alargamento**. A Europa de 15 passa para 25 mas não cresce apenas em número de países e de habitantes. Cresce em termos de assimetrias e de problemas por resolver. **Reduzir os recursos financeiros** como alguns pretendem, significaria **sufocar as políticas de coesão** e **sacrificar o espírito comunitário**.

E decidir bem na **CIG**, aprovando um Tratado Constitucional que mantenha o **princípio da igualdade entre os Estados** e esteja à altura das ambições que queremos para a Europa.

Constituir uma **Comissão** com força, autoridade, competência e isenção. Uma Comissão que dê um novo impulso ao projecto europeu, desejavelmente **presidida por um português**.

E no **Parlamento Europeu**, quem tem de decidir são os eleitores. Esperamos que da sua decisão resulte não apenas a negação dos apóstolos da abstenção ou do voto em branco, como o manifesto do apoio ao trabalho que, em nome de Portugal, temos vindo a realizar nas instituições europeias. **2004 é, pois, um ano para decidir... bem !**

Carlos Coelho

Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça

Carlos Coelho faz balanço de 5 anos e critica o não cumprimento de objectivos de Tampere

desenvolvimento na pág. 3

A Escola e o acesso à cultura

PE aprova Relatório de **Vasco Graça Moura**

desenvolvimento na pág. 5

O Futuro da indústria têxtil

Regina Bastos interpela a Comissão Europeia e defende um Observatório do Têxtil e do Vestuário

desenvolvimento na pág. 7



Raquel Cardoso quer mais competências para a Agência Europeia

Segurança Marítima

Raquel Cardoso afirmou que “o despertar de consciências provocado pelos mais recentes acidentes marítimos nas costas europeias, vem traduzir-se na **necessidade de agir**, por parte de todos os responsáveis, de modo a prevenir tais acidentes e a combatê-los de forma eficaz e sem contemplações”.



Raquel Cardoso salientou que “a **ação mais eficaz resulta na criação efectiva da Agência Europeia de Segurança Marítima**”.

Prevenir e combater os acidentes de poluição marítima é o principal objectivo. É preciso proteger os recursos do mar, o espaço maior do planeta, a fonte da vida do futuro.

É essencial o **controlo e segurança das rotas** e a inevitável **inspecção dos navios**, reforçando o modelo já existente (na exigência e na periodicidade)”.

Raquel Cardoso referiu que “a crescente preocupação perante a **ameaça de atentados terroristas** que tenham como alvo navios e instalações portuárias já conduziu à adopção de especiais medidas e instrumentos internacionais”.

Salientando, também, “a importância de uma **avaliação sistemática rigorosa das intervenções em matéria de prevenção e combate à poluição marítima**”, Raquel Cardoso afirmou que “só percebendo o como e o porquê das actuações e responsabilizando os impli-

cados se pode garantir que cada passo que se der é mais seguro e assumido que o anterior.

Uma cultura de avaliação de responsabilidades tem que ser assumida de forma consequente, quem quer que seja o alvo das consequências dessa avaliação. O princípio do **‘poluidor-pagador’** é indispensável e corrigirá seguramente eventuais negligências que não podem nem devem ser desculpadas”.

Raquel Cardoso considerou “da máxima importân-

cia a inclusão da **formação dos marítimos**, formação técnica e científica em matéria de segurança marítima, bem como a **certificação adequada**” e defendeu que “a **colaboração da Agência com os Estados-Membros**, além de complementar as capacidades de resposta dos mesmos, visa obrigar cada Estado-Membro a estar equipado nestas matérias para poder responder a qualquer acidente perto das suas costas”.

Apoios aos produtores de azeite



João Gouveia considerou que “a reforma das organizações comuns de mercado (OCM) do azeite, algodão, tabaco e lúpulo, tal como está proposta, **não deverá conseguir evitar o abandono da produção, nem garantir a manutenção do rendimento das**

peças que nelas trabalham”.

João Gouveia, comentando a votação relativa às propostas da Comissão Europeia sobre alterações aos regimes das OCMs destes produtos, afirmou que, “*embora numa ambiência negociada reconhecida-mente difícil, será de aguardar e desejar que a **decisão final do Conselho** venha a ser bem diferente*”.

O Deputado social democrata manifestou preocupação pelo facto de o Plenário do Parlamento Europeu não ter seguido a alteração por si proposta e aprovada na Comissão de Agricultura “que apontava para um **reforço do enve-**

lopo financeiro para Portugal, no valor de 20 milhões de Euros”.

Para João Gouveia, “**sem este reforço não será possível garantir a continuidade do programa de plantação de 30 mil hecta-**

res de novo olival, a aplicar até 2006, aprovado pela Comissão Europeia em 1998. Acresce ainda que o relatório não integrou outras alterações adequadas e indispensáveis a uma justa e eficaz defesa dos interesses portugueses”.



Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça:

Há objectivos não atingidos

Carlos Coelho, participando no debate anual do Parlamento Europeu sobre o Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça, afirmou reconhecer que “apesar de se terem alcançado progressos significativos ao nível de medidas legislativas, de cooperação operacional e de estruturas institucionais, **alguns dos progressos alcançados não conseguiram respeitar os prazos fixados em Tampere; e o que é pior, outros objectivos já definidos ainda não foram atingidos**”.

Para o Deputado social democrata, “as circunstâncias históricas deste momento (alargamento, debate do Tratado Constitucional, final da legislatura, 5 anos desde a Cimeira de Tampere), justificam que se proceda a um **balanço de legislatura**. Até porque o ano de 2004 marca o fim desse ambicioso programa de 5 anos, que foi acordado em Tampere”.

Medidas Concretas

Carlos Coelho enumerou de seguida, **dez pontos em que “urgem medidas concretas**:

- a adopção de legislação em matéria de protecção de dados no âmbito do terceiro pilar, que dê garantias equivalentes às da Directiva 95/46 (no âmbito do 1º pilar).
- que a Comissão apresente propostas destinadas à criação de uma política comum de gestão integrada das fronteiras externas dos

Estados-Membros, com financiamento comunitário.

- que o Conselho aprove as duas propostas de directiva que faltam para se poder completar a 1ª fase do regime de asilo europeu comum.
- que o Conselho aprove as propostas que ainda se encontram bloqueadas para o estabelecimento de uma política comum no âmbito da imigração.
- que nos seja apresentada uma proposta concreta relativa ao desenvolvimento do Sistema de Informação sobre Vistos (VIS).
- que seja apresentada uma proposta de decisão-



quadro sobre as garantias processuais penais, na UE, dos suspeitos e arguidos.

- tendo a comunitarização do acervo de Schengen permitido maior coordenação entre os serviços policiais e judiciais dos Estados

Membros na sua luta contra o crime organizado, é agora essencial que se avance o mais rápido possível na criação do novo SIS II.

- desenvolvimento da cooperação policial, através de um processo jurídico menos complexo e moroso, do que a Convenção Euro-pol, e que preveja um controlo jurisdicional e democrático ao nível da União.
- que se continuem a desenvolver os acordos de estabilização e de associação com os Estados da região dos Balcãs ocidentais em matéria de luta contra o crime organizado, poder judicial, combate à droga, gestão de fronteiras e imigração.



nente aquando de controlos nas fronteiras externas”.

Carlos Coelho reconheceu que a tarefa a que a União se propôs “é enorme e muito ambiciosa, mas se não houver um **aumento do ritmo e da capacidade de decisão do Conselho**, chegaremos ao final destes 5 anos, muito aquém dos objectivos de Tampere.

Espero, afirmou, que até ao final de 2004, sejam adoptadas todas as medidas em atraso e que constam de objectivos e calendários já definidos”.

O Deputado social democrata lamentou também, “a iniciativa tomada por alguns Estados Membros, de enviarem uma carta à Comissão, no sentido de se proceder a uma significativa redução do orçamento comunitário na próxima perspectiva económica da UE (Período 2007-2013), pois como já foi salientado pelo Presidente Prodi, isso impediria a Comissão de fazer o seu trabalho nas áreas da Justiça e dos Assuntos Internos, além de prejudicar gravemente o esforço de coesão económica e social”.

Céu Único Europeu

Sérgio Marques critica

Sérgio Marques criticou as propostas da Comissão Europeia visando a **criação de um Céu Único Europeu**.

No debate sobre a posição comum do Conselho relativa a um pacote de propostas da Comissão Europeia, Sérgio Marques afirmou partilhar *"inteiramente dos objectivos das propostas em análise, a saber, reduzir os atrasos no transporte aéreo europeu, através de uma utilização mais eficiente do espaço aéreo dos Estados membros, mantendo elevados níveis de segurança"*, mas expressou, no entanto, *"algumas preocupações quanto ao conteúdo das mesmas"*.

A primeira, prende-se

blocos funcionais".

Em segundo lugar, e em matéria militar, as propostas da Comissão Europeia prevêem a possibilidade de impor às actividades militares regras de gestão e de utilização do espaço aéreo. O deputado social democrata afirmou mais uma vez concordar com a posição tomada pelo Conselho, que lhe parece *"muito mais ajustada e equilibrada, na medida em que reconhece que uma utilização mais eficiente do espaço aéreo depende sim de uma colaboração mais estreita entre entidades civis e militares"*.

Por último, Sérgio Marques referiu-se à questão da gestão do espaço aéreo, expressando



com o que Sérgio Marques considerou ser *"uma tentativa, por parte da Comissão Europeia, de comunitarização do espaço aéreo dos Estados membros, através da criação imediata de uma Região Europeia de Voo única, com base na qual se criariam os chamados*

o seu "total desacordo com uma abordagem que tenda a assemelhar esta gestão a uma qualquer prestação económica, comparável aos mercados liberalizados das telecomunicações ou dos transportes, sob fiscalização de uma entidade reguladora europeia".

O PSD Disse

Rotulagem do Vinho: Que faz correr a Comissão ?

Os Deputados do PSD no Parlamento Europeu, em pergunta prioritária à Comissão Europeia, querem saber **"quais as razões que levaram a Comissão Europeia a adoptar as novas regras de rotulagem do vinho, à margem do quadro negocial da Organização Mundial do Comércio"**.

A Comissão Europeia aprovou no passado dia 23 de Fevereiro as novas regras de rotulagem do vinho na União Europeia, que abrem a possibilidade a países terceiros de utilizarem no espaço comunitário, vinho com as designações tradicionais "tawny", "vintage" ou "ruby" e outras, e de o exportarem para a União Europeia.

Os Deputados sociais democratas chamam a atenção para o facto de a Região Demarcada do Vinho do Porto utilizar desde sempre as denominações "tawny", "vintage" ou "ruby" e de o Vinho da Madeira utilizar também as denomina-

ções "canteiro", "frasqueira" ou "reserva velha", sublinhando que *"ambos os vinhos consolidaram a qualidade e a imagem internacional utilizando aquelas designações"*.

Os Deputados do PSD afirmam ainda que *"as novas regras de rotulagem vêm 'banali-zar' a utilização das ditas designações com os decorrentes prejuízos para os produtores de Vinho do Porto e Vinho da Madeira, o que configura uma distorção de concorrência"*.

Salientando que *"no âmbito das negociações da OMC, a União Europeia sempre tem vindo a defender a necessidade da adopção de um acordo equilibrado, com especial relevância no que respeita às questões não-tarifárias e que estas medidas não-tarifárias incluem entre outras a protecção das designações de origem, as marcas, etc"*, os Deputados afirmam que *"sabendo-se que as negociações da OMC estão bloqueadas, a UE não deverá — ou não deveria — fazer qualquer cedência fora do contexto negocial da OMC"*.



Relatório Graça Moura

A Escola e o acesso à Cultura

O PE aprovou um relatório do Deputado **Vasco Graça Moura** sobre o papel da aprendizagem escolar no acesso do maior número de cidadãos à cultura.

Na sua intervenção, Vasco Graça Moura sublinhou que **“o acesso à cultura é uma condição ‘sine qua non’ da plena realização de qualquer ser humano. É também uma dimensão essencial de qualquer democracia representativa de modelo europeu ocidental, um factor de eliminação de desigualdades e um factor de progresso e de desenvolvimento de crescente importância. A cultura deve ser pois, por todas estas razões, uma**

vos ao acesso à cultura e à construção de uma imagem do mundo pelos europeus, de uma imagem capaz de integrar as diferenças no seu processo, mas sem deixar de respeitá-las e de valorizá-las, isto é, de forma pluralista, tolerante e dinâmica, não podem deixar de ser considerados muito seriamente pelos responsáveis políticos”.

Para Vasco Graça Moura, **“é evidente que a escola não pode ser enciclopédica, nem internacionalmente padronizada em estereótipos, nem repetitiva de uma série de lugares comuns mumificados. Mas deve representar uma oportunidade reforçada para o acesso à cultura e desenvolver naqueles que a frequentam, desde as ida-**



des mais jovens, um respeito, uma apetência e um gosto pelas expressões da cultura que, do mesmo passo, contribua para adensar a reflexão e a consciência de pertença a uma grande matriz civilizacional e cul-

atural chamada Europa. São muitos e variados os passos que podem ser dados nesse sentido e que devem, em nosso entender, começar por aspectos muito concretos da vida escolar”.

Vasco Graça Moura salientou que o seu relatório **“em que foram acolhidas bastantes sugestões de colegas da comissão parlamentar da Cultura dos mais variados quadrantes políticos, tem exactamente esse objectivo: exprimir em nome do Parlamento Europeu o desejo de que este desafio seja tido em consideração, pois sem ele a construção europeia acabará por fazer pouco sentido e não será digna desse nome. Não há conhecimento que possa assepticamente alicerçar-se numa atitude de indiferença para com os valores que caracterizam a cultura europeia: valorizar a estratégia de Lisboa, lançar os objectivos de uma economia baseada no conhecimento, seria uma contradição nos seus próprios termos se a questão da cultura se limitasse a ter um estatuto de parente pobre nessas preocupações”.**



das bases mais sólidas em que assente a Europa dos cidadãos”.

Graça Moura defendeu que **“numa sociedade globalizada, numa Europa em crescimento, numa época de crises várias, ante uma nova, desmultiplicada e estimulante presença das identidades nacionais e de tradições culturais de perto de 400 milhões de cidadãos, os problemas relati-**

des mais jovens, um respeito, uma apetência e um gosto pelas expressões da cultura que, do mesmo passo, contribua para adensar a reflexão e a consciência de pertença a uma grande matriz civilizacional e cul-

A cultura como base da Europa dos cidadãos

BREVES

Carlos Coelho apoia

melhor controlo nas fronteiras

Carlos Coelho considerou **“bem vinda a proposta da Comissão, que visa criar uma Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas fronteiras externas, com início de funções em 1. Janeiro de 2005, e com autonomia financeira, jurídica e administrativa”.**

Para Carlos Coelho, **“é urgente a adopção de medidas coerentes no âmbito da segurança nas fronteiras, sem pôr em causa as competências próprias dos Estados Membros. Deve desenvolver-se uma política comum de controlo das actuais e futuras fronteiras externas, o que implica a aplicação de normas e a criação de estruturas comuns, de modo a instituir uma gestão integrada dessas fronteiras, que garanta um nível elevado e uniforme de controlo e fiscalização”.**

Para Carlos Coelho, este será, desde já, **“um passo positivo no sentido de se reforçar a confiança mútua entre os Estados Membros, no controlo das fronteiras externas - que são comuns - o que significa que a fraqueza no controlo num Estado terá efeitos inevitáveis de arrastamento na segurança de todos os outros”.**

Durão Barroso no Congresso do PPE:

Um ano crucial para a Europa

• Diz-se muitas vezes que é preciso mais Europa. E eu estou de acordo que é preciso aprofundar o projecto europeu. Temos de olhar a verdade de frente. E a verdade é que hoje há menos impulso europeu do que havia há alguns anos atrás. A verdade é que hoje o perigo não é, como alguns dizem, o de integração a mais. Pelo contrário, é o de alguma desintegração no projecto europeu.

• Temos de dar um suplemento de alma ao projecto europeu que permita à União Europeia integrar os novos membros, continuando o seu processo de aprofundamento; manter-

uma tentação de reintroduzir alguma lógica de poder entre os Estados-Membros.

• Isto é exactamente o contrário daquilo que queriam os pais fundadores da União Europeia que queriam espírito comunitário, espírito de compromisso, e não uma lógica de poder entre os Estados-Membros.

• Não podemos esquecer que a União Europeia tem uma dupla natureza. É uma União de cidadãos e é uma União de Estados-Membros. Por isso a União Europeia deve construir-se sobre estes dois princípios. O princípio da igualdade dos cidadãos, mas também o princípio da igualdade dos Estados. Os cidadãos euro-

... o perigo é o de alguma desintegração do projecto europeu ...



se como motor de um processo de crescimento económico, gerador de paz e ser um exemplo que possa ser seguido por outras regiões do mundo.

• Estou convencido que tudo isto só será possível se conseguirmos uma maior adesão dos cidadãos europeus ao projecto da União Europeia. O nosso projecto deve ser mobilizador. Estou preocupado quando vejo que, a propósito do alargamento, se nota por vezes

• Não faz sentido termos uma União Europeia com distinção entre grandes e pequenos, ricos e pobres, países fundadores e países mais recentes, países do centro e países da periferia. Esta ideia de divisão da Europa é má para a Europa, é má para o nosso projecto comum.

• Esta lógica de poder contaminou os trabalhos da CIG e é parcialmente responsável pelo insucesso da Conferência Intergovernamental.

peus não aceitariam que cada um dos seus países fosse menos relevante no processo europeu, que houvesse alguma marginalização do seu país.

• É por isso que o Tratado Constitucional deve encontrar um equilíbrio nesta realidade dupla, entre união de estados e união de cidadãos. Só assim a Europa estará à altura da sua ambição.

• É impossível defender uma grande ambição para a Europa e ao mesmo tempo defender menos meios financeiros para construí-la. Não tem qualquer sentido defender uma maior ambição para a Europa e termos menos recursos financeiros para a coesão económica e social, para a política de apoio ao crescimento económico, para uma maior afirmação da política europeia no mundo, para uma maior ajuda ao desenvolvimento às regiões do mundo que precisam da nossa solidariedade.

BREVES

Regina Bastos sobre a evolução demográfica:

É tempo de tomar medidas

Regina Bastos afirmou num debate do PE que “nos últimos anos, a tomada de consciência sobre o envelhecimento demográfico e as suas consequências no emprego e na política social da União Europeia aumentou significativamente” e que “a Europa vê-se confrontada com a possibilidade de **não poder cumprir os objectivos do Conselho de Lisboa em matéria de emprego, de competitividade e de crescimento económico para 2010.**

Para Regina Bastos “é **tempo de tomar medidas.** Temos consciência que as complexas implicações do envelhecimento da população a par das baixas taxas de natalidade, não podem encontrar uma resposta eficaz a nível exclusivamente nacional. Esta problemática afecta diferentes políticas comunitárias. Daí que se justifique o **desenvolvimento de uma cooperação europeia.**

Por isso, a primeira questão que se põe é de que forma a Comissão Europeia poderá apoiar os Estados-Membros para dar respostas adequadas ao envelhecimento demográfico, quer ao nível dos sistemas de saúde, quer das políticas para o emprego.

Regina Bastos preocupada com

Futuro da indústria têxtil

Regina Bastos, no debate sobre o futuro da indústria têxtil numa Europa alargada, salientou a qualidade da Comunicação da Comissão mas afirmou que *“apesar disso a preocupação é grande e são muitas as interrogações”*.

Regina Bastos quer saber *“como é que a Comissão vai traduzir as suas propostas em medidas específicas, qual o calendário e o orçamento previsto para a implementação das mesmas? Espero, acrescentou, que possamos obter respostas a estas questões. Lembro as palavras optimistas do Comissário Lamy relativamente à Indústria Têxtil, classificando-a como um sector com futuro na União Europeia e da maior importância na Agenda Europeia para o Comércio”*.

Citando o Comissário Pascal Lamy que disse recentemente que *“em 2005, já não haverá quotas de importação, mas permanecerá o nosso interesse pela Indústria”*, Regina Bastos afirmou que *“temos que fazer face aos desafios presentes e futuros, mas garantindo com firmeza a manutenção dos postos de trabalho neste sector. Para isso, estamos conscientes que é essencial promover a competitividade das empresas através da inovação, da flexibilidade produtiva, da formação e da requalificação da mão de obra actual desta indústria”*.

A Deputada social democrata salientou alguns pontos da proposta de resolução do Parlamento, nomeadamente sobre o **papel vital dos Fundos**



Estruturais, a criação de um Observatório do Têxtil e do Vestuário e os acordos comerciais bilaterais, tendo defendido ainda que a Comissão deveria utilizar as experiências do sector têxtil noutros sectores de produção que têm as mesmas características a nível da concorrência internacional (por exemplo: sectores da cerâmica, calçado e couro)”.

BREVES

Carlos Coelho quer mais cooperação

atentados químicos e biológicos

O PE adoptou uma recomendação referente à cooperação na União Europeia em matéria de capacidade de resposta a atentados com agentes biológicos e químicos.

Carlos Coelho salientou que, após os ataques terroristas de 11 de Setembro, *“foi adoptado um programa comum destinado a melhorar a cooperação entre os Estados Membros em matéria de avaliação dos riscos químicos, de alertas, intervenção e de armazenamento dos meios de intervenção e no domínio da investigação”*.

Defendendo que devemos *“ser realistas e consequentes em relação às medidas que decidamos tomar face à ameaça desse tipo de atentados”*, Carlos Coelho considerou que **“a adopção de iniciativas orçamentais e jurídicas só se justifica caso sejam fundamentadas numa análise de riscos”**.

Para esse efeito deverá existir uma cooperação, à escala europeia, entre polícias nacionais, em colaboração com a Europa e tendo em consideração os resultados da colaboração entre os Serviços de Informação e Segurança no domínio do combate ao terrorismo”.

Convenção Regional sobre o Futuro da Europa

O Algarve e as perspectivas financeiras



Joaquim Piscarreta afirmou num debate sobre *“A União, Portugal e as Regiões: os próximos desafios”*, no âmbito da Convenção Regional sobre o Futuro da Europa, que teve lugar na Universidade do Algarve, que *sentiria algum orgulho em ver a região deixar o lote das regiões mais*

pobres da Europa abrangidas pelo Objectivo 1.

Só evidenciaria que as ambições da Política Estrutural teriam sido alcançadas com sucesso transformando, num prazo de apenas 15 anos, o Algarve numa região bem mais competitiva quando comparada com as restantes da UE. Entre um Algarve mais desenvolvido e um Algarve remediado, que vive essencialmente das verbas de Bruxelas, a minha escolha está feita”.

Afirmando que o seu optimismo natural não o impede *“de reconhecer que este QCA (2007-2013) será certamente o último a beneficiar o Algarve”*, Joaquim Piscarreta encara esta evolução não como o *“fim dos fundos estruturais”* mas como o *“Desenvolvimento sustentado da Região Algarvia”*.

Afinal, o objectivo da Política de Coesão Económica e Social é precisamente que um país não mais precise dela...”

Sérgio Marques: *A Europa ou é coesa ou não se fará*

Sérgio Marques considerou, no encerramento do Seminário sobre o Futuro da Política de Coesão, que teve lugar em Bruxelas, que *"não há União Europeia viável assente em desequilíbrios regionais excessivos. E estes serão enormes depois do alargamento. A Europa ou é coesa ou não se fará"*.



Ao apresentar as conclusões deste seminário, no qual participaram também o Comissário Michel Barnier, o Secretário de Estado dos Assuntos Europeus de Portugal Carlos Costa Neves e o Ministro dos Assuntos Europeus da Irlanda, Sérgio Marques salientou que a **política de coesão económica e social "é um factor crucial para promover a identificação dos cidadãos com o ideal europeu"**.

Sérgio Marques referiu igualmente as razões económicas que *"justificam e dão sentido à política de coesão. Há um imenso potencial de desenvolvimento nas Regiões mais desfavorecidas que tem de ser aproveitado. Se o conseguirmos é o todo da União Europeia que beneficia e não apenas as suas regiões mais desfavorecidas"*.

Por outro lado, a política de coesão tem excelentes resultados para apresentar. A convergência com a média europeia de países como a Espanha, Grécia e Portugal tem sido notória. Isto para não falar da Irlanda, que representa bem qual deve ser o objectivo último da política de coesão: deixar um dia de ser necessária como consequência do seu sucesso".

Conciliação da Vida Profissional e Familiar:

PE aprova Relatório Bastos

O Parlamento Europeu aprovou o Relatório da Deputada **Regina Bastos** sobre **"conciliação da vida profissional, familiar e privada"**.

Regina Bastos considerou *"um privilégio poder apresentar e debater o seu relatório no dia 8 de Março, em que se comemora o Dia Internacional da Mulher e no ano que foi proclamado Ano Internacional da Família"*.

Regina Bastos afirmou que **"a vida profissional, a vida familiar e a vida privada são 3 faces das nossas vidas mas são também 3 vidas complementares"** e considerou a conciliação destas três vidas *"uma questão nuclear para que a igualdade entre os géneros seja uma realidade"*.

A promoção da igualdade entre homens e mulheres é 'uma missão primordial da Comunidade' que implica a necessidade de compensar a desvantagem das mulheres no que se refere às condições de acesso e participação no mercado de trabalho e a desvantagem dos homens no que se refere às condições de participação na vida familiar".

No seu relatório, agora aprovado pelo Parlamento Europeu, Regina Bastos defende que *"os objectivos do Conselhos Europeus de Lisboa e de Barcelona constituem grandes desafios da União e exigem medidas inovadoras e convidou a Comissão Europeia a desenvolver os mecanismos necessários para a elaboração de uma Directiva-Quadro sobre a Conciliação da Vida Profissional, Familiar e Privada, de forma a que todos os Estados membros possuam os instrumentos e as respostas adequadas aos desafios da igualdade de oportunidades, do crescimento económico e do desafio demográfico"*.

Os Nossos Deputados

José Pacheco Pereira

Telf: (32.2) 28.45371
Fax: (32.2) 28.49371
e-mail: JoPacheco@europarl.eu.int

Vasco Graça Moura

Telf: (32.2) 28.45369
Fax: (32.2) 28.49369
e-mail: VGraca@europarl.eu.int

Teresa Almeida Garret

Telf: (32.2) 28.45566
Fax: (32.2) 28.49566
e-mail: TAlmeida@europarl.eu.int

Sérgio Marques

Telf: (32.2) 28.45404
Fax: (32.2) 28.49404
e-mail: Smarques@europarl.eu.int

Carlos Coelho

Telf: (32.2) 28.45551
Fax: (32.2) 28.49551
e-mail: CCoelho@europarl.eu.int

Regina Bastos

Telf: (32.2) 28.45790
Fax: (32.2) 28.49790
e-mail: RBastos@europarl.eu.int

Joaquim Piscarreta

Telf: (32.2) 28.45374
Fax: (32.2) 28.49374
e-mail: JPiscarreta@europarl.eu.int

João Gouveia

Telf: (32.2) 28.45381
Fax: (32.2) 28.49381
e-mail: JGouveia@europarl.eu.int

Raquel Cardoso

Telf: (32.2) 28.45448
Fax: (32.2) 28.49448
e-mail: RCardoso@europarl.eu.int



Boletim Informativo do Grupo da Delegação do PSD do Partido Popular Europeu

Director: Carlos Miguel Coelho
Redacção: José Luís Fernandes
Sandra Nunes
Imagem: Julio Pisa